

---

## **Cotas, ainda que à força**

*Ministro da Educação fará medida provisória para que todas as federais destinem vagas para excluídos*

Entrevista do ministro da Educação publicada no jornal Correio Braziliense em 27 de março de 2004.

“Não foi para colocar uma pessoa igual ao Cristovam no MEC que o presidente Lula me convidou para estar aqui”

Há dois meses, o advogado gaúcho Tarso Genro ocupa o gabinete no 8º andar do Ministério da Educação (MEC). A belíssima vista da Esplanada dos Ministérios, à esquerda de sua mesa, raramente prende a atenção do petista, sempre cheio de atribuições. Na última quarta-feira, o ministro recebeu o Correio para uma entrevista. Eram 19h, e Tarso não sabia ainda que parlamentares do PT haviam, mais uma vez, pedido mudanças na equipe econômica, nem que o líder do governo na Câmara, Miro Teixeira, havia entregado o cargo. A desinformação não é desleixo com a situação do governo. “Neste lugar, só não trabalho quando estou dormindo”, comenta.

Nos próximos dias, duas medidas provisórias irão ocupar ainda mais o ministro. O Universidade para Todos está na Casa Civil, pronto para ser assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto usará 20% das vagas de instituições particulares de ensino superior para incluir negros, índios, pessoas de baixo poder aquisitivo e expostos. A pedido do Ministério da Fazenda, Tarso reduziu a meta de inclusão no programa: ao invés das 100 mil vagas anunciadas serão 70 mil no primeiro ano. Também ficou definido que as instituições não ficarão isentas de impostos patronais, como INSS e FGTS, e da CPMF, como anunciado inicialmente.

A outra MP que tanto ocupa o ministro trata da regulamentação de cotas nas universidades federais. A lei está nos últimos ajustes de redação no MEC. Pela primeira vez, as federais serão obrigadas a abrir vagas para afro-descendentes. Para evitar injustiças, o MEC vai sugerir na nova lei que também sejam assistidos estudantes de baixa renda, oriundos da escola pública, além de outros excluídos.

O critério de seleção dos alunos e o número de vagas oferecido para cada curso ficarão a cargo da direção das universidades. É uma preocupação para não ferir a tão sonhada autonomia das instituições públicas. Além disso, o ministro reafirma constantemente que cada região tem suas particularidades.

---

**CORREIO BRAZILIENSE — O MEC está na fase final de redação de uma medida provisória que vai regular a política de cotas das universidades federais. Qual é a base da política?**

**TARSO GENRO** — A norma tem caráter geral sobre as cotas. Mas, a partir de agora, as universidades estarão obrigadas a aplicar a política de cotas. Não importa se de tais ou quais percentuais para negros, porque a seleção será feita segundo os princípios de autonomia do conselho gestor da instituição.

**CORREIO** — A Universidade de Brasília se adiantou ao estabelecer cotas para negros. Foi a primeira federal a fazer isso. A primeira fase de seleção será feita por análise de fotos. O que o senhor acha do método?

**TARSO** — Não vou fazer avaliação do método que a universidade está adotando para aplicar a política de cotas. Nós deixamos a cargo de cada universidade a forma pela qual a política deverá ser aplicada.

**CORREIO — Será definido um percentual de vagas para as cotas nos vestibulares das universidades?**

**TARSO** — Exatamente. Mas sem dizer quantos devem ser negros ou índios ou de estudantes com baixo poder aquisitivo.

**CORREIO — O senhor constantemente nega que haja um desmonte dos programas do seu antecessor Cristovam Buarque. Mas, as vitrines que ele havia inaugurado no ministério estão sendo derrubadas uma a uma. O que o senhor diz?**

**TARSO** — Não está ocorrendo isso. O programa de alfabetização, que é o grande programa do Cristovam, não só está sendo prestigiado como está sendo fortalecido técnica e financeiramente. É verdade que alguns programas, como o Escola Ideal, estão congelados. Mas não estamos suprimindo nada.

**CORREIO — Existe algum mal estar entre o senhor e o senador Cristovam?**

**TARSO** — Da minha parte não existe nenhum mal-estar, porque tenho profundo respeito pelo Cristovam e admiração pelo seu trabalho. Não foi para colocar uma pessoa igual ao Cristovam no MEC que o presidente Lula me convidou para estar aqui. Isso não significa que eu sou melhor ou pior que o Cristovam. Sou outro e tenho características novas.

**CORREIO — O senhor pediu, no início do mês, uma análise dos contratos da gestão de Cristovam, assim como do ex-ministro Paulo Renato. O senhor falou com Cristovam depois disso?**

**TARSO** — Não. Eu liguei para ele, que ficou de dar retorno. Quando ele me telefonou de volta, eu não estava no gabinete. Depois desse duplo telefonema, a questão já havia sido superada pela que dei aos jornais. O

---

contato se tornou desnecessário. Tenho muita vontade de conversar com Cristovam, porque nossa relação é antiga e não pode ser desconstruída por contingências dessa natureza.

**CORREIO — Existem juristas que alegam que a estatização de vagas, definida no programa Universidade para Todos, é inconstitucional. O senhor espera algum questionamento jurídico?**

**TARSO —** Claro. A argüição de inconstitucionalidade pode ser feita para qualquer norma. Além disso, também existem juristas que dizem inconstitucional. Na verdade, todas políticas novas, de caráter reformador e, principalmente, as que têm uma forte propensão a proteger as camadas de mais baixa renda e os excluídos do país sofrem uma avaliação pelos tribunais. Isso é uma tradição, implantada pela elite brasileira ao longo de sua história de dominação.

**CORREIO — Então, o senhor está tranquilo quanto a isso?**

**TARSO —** Os tribunais são esclarecidos e qualificados. Certamente haverá disputa jurídica mas, no final, a jurisprudência vai se acomodar chancelando essas políticas que são, na verdade, de afirmação de direitos e estão escoradas em princípios constitucionais muito claros.

**CORREIO — Reitores e representantes das universidades públicas estão ressentidos com a atenção que o senhor está dando às particulares com o programa Universidade para Todos. Isso o preocupa?**

**TARSO —** Acho que esse ressentimento da universidade pública é respeitável e tem fundamento. Houve, nos últimos 15 e 20 anos, um processo de sucateamento dessas instituições, enquanto a emergência de vagas das particulares era privilegiada. Ninguém até hoje tinha tomado uma medida tão drástica e tão profunda para defender a universidade pública como a que a atual gestão do ministério está tomando. Cito a proposição de uma reforma, a criação de um fundo de financiamento estrutural da universidade brasileira e a vinculação com sua autonomia. Duvido que uma agenda tão forte como essa fosse apresentada aos reitores, professores e alunos nos últimos 30 anos.

**CORREIO — Mas, e as críticas feitas ao MEC, como a nota questionando o programa de estatização de vagas?**

**TARSO —** Isso faz parte do jogo democrático e não cria qualquer problema. Embora, para mim, as críticas sejam profundamente equivocadas e sem fundamentação.

**CORREIO — Qual será o conceito de autonomia das federais dentro da proposta da reforma?**

---

**TARSO** — Estamos propondo uma autonomia financeira sustentada por um fundo de financiamento, que venha de uma cesta de alíquotas. Os repasses serão feitos diretamente do fundo para que as universidades possam afirmar a autonomia de ciência e de saber.

**CORREIO** — **O senhor anunciou a criação de quatro fundos: para universidade pública, para pesquisa nas universidades particulares, para o ensino técnico profissionalizante e para a educação de base. Não é coisa demais para ser sustentado por um governo sem dinheiro?**

**TARSO** — O problema dos recursos para os fundos constitui uma outra pergunta: Teremos ou não dinheiro para a educação? Toda mudança do modelo de desenvolvimento tem que gerar novas condições para que tenhamos recursos muito maiores para educação, saúde e infra-estrutura. Na minha opinião, não podemos falar em aumento de impostos.

**CORREIO** — **E, o senhor, está ou não otimista?**

**TARSO** — Confesso que não sou otimista nem pessimista. Tenho visão realista da política. Nunca achei que fosse fácil governar o Brasil. Acho que o governo está enfrentando dificuldade neste momento, mas acho que o presidente vai muito bem.

**CORREIO** — **O governo está mais enfraquecido hoje?**

**TARSO** — Sim. Há um enfraquecimento político, que tende a ir se diluindo, já que os fatos que produziram esse enfraquecimento são isolados e a eles não se seguiram outros maiores que envolvessem o governo, e muito menos a figura do presidente Lula. Mas, estruturalmente, o governo não está nem mais fraco nem mais forte.

**CORREIO** — **O senhor acha que esse histórico e o enfraquecimento causado pela crise política atual atrasam o projeto do governo Lula?**

**TARSO** — Até agora não atrasou. Os projetos fundamentais estão em andamento, mas, evidentemente, se uma instabilidade desse tipo se eternizasse, acabaria por comprometer processo de desenvolvimento e de crescimento.

**CORREIO** — **PMDB, PL, PP e até PT pedem a mudança na política econômica. O senhor está alinhado com esse grupo?**

**TARSO** — Não participo do debate sobre a exigência de mudanças, porque acho que já vivemos esse momento. A área econômica, junto com o presidente Lula, deve saber se o ritmo de mudanças deve ser apressado. Não nego que exista necessidade de mudanças, e isso deve nos levar para outra situação de baixas taxas de juros, taxas de crescimento com sustentabilidade e, no mínimo, duplicar nossa capacidade de investimentos. Também é importante a volta do ministro da Casa Civil, José Dirceu, ao

---

exercício da gestão interna do governo. Isso é um fato político muito importante.

**CORREIO — O MEC é mais difícil do que o senhor imaginava?**

**TARSO** — É bem mais complexo. O ministério não é uma estrutura só. É uma espécie de constelação de estruturas vinculadas por laços jurídicos e políticos, às vezes muito tênues.

**CORREIO — O senhor já pensava um projeto de educação antes de ocupar o ministério?**

**TARSO** — Minha designação pelo presidente para ocupar o MEC foi uma surpresa, que eu recebi com muita alegria e muito senso de responsabilidade. Os temas de educação nunca foram estranhos para mim.

**CORREIO — O senhor trabalha mais do que trabalhava no Conselho de Desenvolvimento Político, Econômico e Social?**

**TARSO** — Aqui eu trabalho praticamente o tempo todo. Só não trabalho quando estou dormindo.